

RELATÓRIO DE OBSERVÂNCIA DO DIREITO DE OPOSIÇÃO VILA NOVA DE CERVEIRA ANO 2019

(DE ACORDO COM O ART. 10.º DA LEI 24/98, DE 26 DE MAIO)



I – Introdução

A Lei n.º 24/98, de 26 de maio aprova o Estatuto do Direito de Oposição que, no seu art. 1.º, assegura “às minorias o direito de constituir e exercer uma oposição democrática ao Governo e aos órgãos executivos das regiões autónomas e das autarquias locais de natureza representativa, nos termos da Constituição e da lei”.

No mesmo diploma, no seu art. 2.º, define-se como oposição a atividade de acompanhamento, fiscalização e crítica das orientações políticas dos órgãos executivos das autarquias locais de natureza representativa.

II – Titularidade do direito de oposição

No Mandato Autárquico 2017-2021, o órgão executivo do Município de Vila Nova de Cerveira é representado pelo Movimento Independente Pensar Cerveira, designado por “PenCe”, com maioria absoluta, e pelo Partido Socialista (PS). Os pelouros foram atribuídos e distribuídos aos eleitos pelos Independentes “PenCe”.

Deste modo, da aplicação do art. 3.º da referida lei, resulta que são titulares do Direito de Oposição:

- O Partido Socialista (PS) representado na Câmara Municipal por 2 vereadores e na Assembleia Municipal por 7 eleitos e 5 presidentes de Junta de Freguesia;
- O Partido Social Democrata (PSD) representado na Assembleia Municipal por 1 membro eleito e 1 presidente de Junta de Freguesia.

III – Direitos e garantias

No âmbito de aplicação às autarquias locais, o Estatuto do Direito de Oposição consagra especial reconhecimento aos titulares do direito de oposição de:

- ✓ Direito à Informação;
- ✓ Direito de Consulta Prévia;
- ✓ Direito de Participação;
- ✓ Direito de Depor.

IV – Da observância do respeito pelos direitos e garantias

- ✓ Direito à Informação

Durante o período sobre o qual versa o presente relatório, 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019, os titulares do Direito de Oposição foram regularmente informados pelo órgão executivo, na pessoa do Senhor Presidente da Câmara Municipal, de forma

expressa e verbal, da atividade municipal, dos principais assuntos de interesse para o Município, bem como da informação financeira do mesmo.

Independentemente de outros assuntos devidamente esclarecidos, aos titulares do Direito de Oposição foram facultadas informações no âmbito das alíneas s), t), x) e y) do n.º 1 e do n.º 4 do art. 35.º do Anexo I à Lei 75/2013, de 12 de setembro, a saber:

- Resposta a todos os pedidos de informação efetuados pela mesa da Assembleia Municipal;
- Promoção da publicação das decisões e deliberações dos órgãos Autárquicos e dos respetivos titulares destinadas à eficácia externa;
- Remessa à Assembleia Municipal das minutas e das atas das reuniões do Executivo Municipal, após aprovação;
- Remessa à Assembleia Municipal da documentação relativa a planos, projetos, relatórios, pareceres, memorandos e documentos de semelhante natureza e de relevante interesse;
- Informação escrita detalhada sobre o andamento dos assuntos de interesse público relacionados com a atividade da Câmara, remetida a todos os membros da Assembleia Municipal antes de cada sessão ordinária;
- Resposta a todos os pedidos de informação apresentados pelos vereadores;
- Resposta às questões colocadas, formal ou informalmente, sobre o andamento dos principais assuntos de interesse municipal;
- Remessa a todos os membros da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal das notas de imprensa;
- Remessa ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de todos os documentos nos termos e prazos solicitados.

✓ Direito de Consulta Prévia

De acordo com o disposto no n.º 3 do art. 5.º do Estatuto do Direito de Oposição, foram facultados aos vereadores e representantes dos partidos políticos na Assembleia Municipal, propostas do Plano Plurianual de Investimento, do Plano de Atividades Municipais e do Orçamento Municipal, resultando a sua aprovação dentro dos prazos legais.

Foram ainda facultadas, com a antecedência prevista na lei, e em formato digital, as agendas das reuniões do órgão executivo, bem como de todos os documentos instrutórios do processo de tomada de decisão.

✓ Direito de Participação

No ano de 2019, o Executivo Municipal diligenciou no sentido de se reunirem as condições exigidas para que os titulares do Direito de Oposição usufruíssem, na maior amplitude, do direito decorrente do art. 6.º do supracitado diploma legal.

Foi ainda assegurado à oposição o direito de se pronunciar, pelos meios constitucionais e legais, sobre quaisquer questões de interesse público relevante, podendo efetuar pedidos de informação, requerimentos, declarações políticas e esclarecimentos.

Por último, sublinha-se que foram dirigidos convites aos membros eleitos da Câmara e da Assembleia Municipal, a fim de assegurar a sua presença nos atos e eventos oficiais do Município de Vila Nova de Cerveira.

- Direito de Depor

Não tendo sido constituída qualquer comissão ou outras formas de averiguações de fatos, nos termos do art. 8.º, não existiu oportunidade de exercer o direito em apreço.

V – Conclusão

Em suma, no decurso do ano 2019 foi garantido o Direito de Oposição, tendo existido um esforço do órgão executivo para a disponibilização de toda a informação solicitada, quer por parte dos eleitos, quer dos eleitores, bem como para a prestação de esclarecimentos sobre assuntos de interesse municipal.

O compromisso municipal em assegurar o Direito de Oposição traduz-se no rigor com que o órgão executivo tem gerido as matérias relacionadas com a Transparência na Administrativa Pública.

Tendo sido asseguradas pela Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira, as condições adequadas ao cumprimento do disposto no Estatuto do Direito de Oposição durante o ano de 2019, nomeadamente no n.º 2 do art. 10.º, deverá o presente relatório ser remetido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Cerveira e aos titulares do Direito de Oposição para efeitos de pronúncia.

Mais determino que este relatório seja publicado na página da internet da Câmara Municipal de Vila Nova de Cerveira em www.cm-vncerveira.pt.

Vila Nova de Cerveira, 10 de março de 2019

O Presidente da Câmara Municipal,



João Fernando Brito Nogueira